

Mulheres são minoria e ganham menos em cargos gerenciais no RS

Menos liderança, salários menores

Levantamento do IBGE mostra que acesso a cargos gerenciais e remunerações superiores ainda é mais difícil para mulheres

VINÍCIUS COIMBRA*

vinicius.coimbra@zerohora.com.br

As mulheres ocupavam 37,7% dos cargos gerenciais no Rio Grande do Sul e ganhavam, em média, R\$ 2,9 mil a menos para trabalhar nesses postos em 2022. Os dados são da terceira edição do levantamento *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira, quando se comemorou o Dia Internacional da Mulher.

Segundo o estudo, os cargos gerenciais ocupados por mulheres recebiam em média R\$ 4.762.

Já os cargos ocupados por homens tinham renda de R\$ 7.684 no Estado. No cenário brasileiro, as mulheres eram responsáveis por 39,3% dos cargos gerenciais em 2022 e ganhavam cerca de R\$ 1,8 mil a menos. O rendimento médio mensal das mulheres foi de R\$ 6.600, enquanto o dos homens chegou a R\$ 8.378.

O levantamento reúne dados dos setores público e privado. De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por exemplo, dos 87.287 cargos e funções comissionadas da administração pública federal em novembro de 2023, 41,2% eram ocupados por mulheres.

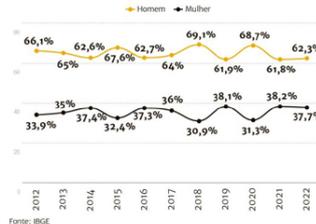
No entanto, se considerados os cargos mais elevados, a participação feminina era de 30,7%.

Segundo o estudo, as principais atividades econômicas em que havia mais mulheres do que homens em cargos de liderança em 2022 eram aquelas ligadas ao cuidado, como educação e saúde humana e serviços sociais; elas trabalhavam em 69,4% e 70% dos postos de liderança nessas áreas, respectivamente. O grupo de atividade de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi o com menor presença feminina: 15,8%.

*Colaborou Beatriz Coan

Postos de comando no RS

Presença feminina em cargos gerenciais aumentou, mas ainda há abismo em relação aos homens



Fonte: IBGE

Outros aspectos

MULHERES DEDICAM 7,6 HORAS A MAIS POR SEMANA ÀS ATIVIDADES DOMÉSTICAS DO QUE HOMENS

O Rio Grande do Sul está entre os cinco Estados nos quais as atividades domésticas são melhor divididas entre homens e mulheres. Apesar disso, elas chegam a dedicar 7,6 horas semanais a mais do que eles aos cuidados da casa, 120 minutos a menos do que a diferença média brasileira.

Em nível nacional, a dedicação das mulheres às atividades domésticas e aos cuidados de pessoas chega a quase o dobro da dos homens. São 21,3 horas semanais contra 11,7 horas.

Para este dado, o IBGE considera horas semanais dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais, independentemente de estarem no mercado de trabalho ou não. Quando os números se restringem às pessoas que estão ocupadas, a diferença de horas dedicadas por homens e mulheres para as atividades domésticas diminui.

Conforme os números, caem as horas que elas dedicam aos cuidados com a casa sem que os homens se tornem mais participativos.

Em nenhum Estado foi encontrado o aumento da participação masculina nas atividades domésticas, quando comparados os dados gerais com os números referentes aos homens com ocupação. No RS, as mulheres que possuem alguma ocupação se dedicam 5,5 horas semanais a mais do que os homens, que também estão ocupados, nos cuidados do lar.

BRASIL ESTÁ EM 133ª EM RANKING DE REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA

Embora as mulheres representem 52,7% do eleitorado, o Brasil ocupa a 133ª posição em representatividade feminina na política. O abismo se mantém apesar do aumento de mulheres na Câmara dos Deputados – de 14,8%, em setembro de 2020, para 17,9% em novembro de 2023. Ruanda é o primeiro da lista, que tem 186 países, com 61,3% de parlamentares mulheres.

Outro indicador mostra aumento percentual nos cargos ministeriais brasileiros, que passou de 8,7% em 2020 para 23,7% em novembro de 2023. Em 2022, 35% das candidaturas para mandato de deputado federal foram de mulheres.

O IBGE identificou que 16,1% das cadeiras de vereadores eram ocupadas por mulheres em 2023. A presença menos expressiva foi observada na Região Sudeste (14,2%), enquanto o Nordeste registrou a presença mais expressiva (16,9%). Além disso, 12,1% das prefeituras, em 2020, data da última eleição, estavam ocupadas por mulheres.

PRESENCIA JUDICIÁRIA AUMENTOU

A presença de mulheres em diferentes ramos do Poder Judiciário saltou de 24,6%, em 1988, para 40%, em 2022, segundo o IBGE. O mesmo relatório informa que, na Justiça estadual, a participação de magistradas era de 38%. Na Justiça federal, de 31%, e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), 23%. A maior paridade foi na Justiça do Trabalho, com 49% de magistradas.



Atividades econômicas com mais presença feminina são as relacionadas ao cuidado, como saúde e educação

Número de filhos cai 13% em cinco anos

As brasileiras estão tendo cada vez menos filhos. O número de descendentes por mulher caiu 13% nos últimos cinco anos. No entanto, houve crescimento expressivo na faixa etária com mais de 40 anos, o que mostra que a tendência de postergar a gravidez segue entre as brasileiras e está relacionada ao aumento da escolarização e à maior participação no mercado de trabalho.

Os dados também estão na pesquisa do IBGE. De uma forma geral, o número de nascimentos caiu de 2,9 milhões para 2,5 milhões entre 2018 e 2022. O maior número ocorre entre as mulheres de 20 a 29 anos de idade, mas a trajetória é de queda.

Em 2018, foram 1,4 milhão de bebês nessa faixa etária, contra 1,2 milhão em 2022, redução de 11,2%, de acordo com os dados.

Adolescência

A maior queda foi verificada entre mães de 10 a 19 anos (30,8%). Isso indica que, embora ainda haja indicadores expressivos de casos de gravidez na adolescência, existe declínio.

Por outro lado, o número de bebês nascidos de mães com idade entre 40 e 49 anos vem aumentando. Os dados indicam que esses nascimentos passaram de 90,9 mil em 2018 para 106,1 mil em 2022.

A mortalidade materna também caiu. O índice mede o número de mortes maternas obstétricas por 100 mil nascidos vivos.

Em 2020, com a pandemia de covid-19, a mortalidade materna aumentou 29% em relação a 2019, alcançando 74,7 óbitos por 100 mil nascidos vivos e ultrapassando a meta. Em 2021, chegou a 117,4 óbitos por 100 mil.

Segundo os pesquisadores, os números estão relacionados ao atraso da vacinação de mulheres e à maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde durante a pandemia. Em 2022, o indicador retornou a patamar próximo de 2019, com 57,7 mortes por 100 mil nascidos vivos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Desigualdade de gênero Página: 28